

série .B

APOSTILA .4



PESSOA

e

EDUCAÇÃO

MEB



Este trabalho, elaborado por Raul Landim Filho, apresenta as razões últimas, de natureza filosófica, da compreensão de Pessoa Humana e Educação, assumida pelo MEB.

O MEB necessitava de um trabalho como êsse, elaborado no nível em que foi. E êle seria tanto mais útil quanto mais profundamente explicasse as causas e os objetivos de nossa ação educativa e quanto melhor pudesse explicá-las no plano filosófico.

Evidentemente, poderá servir também como tema de estudos para as Equipes do MEB, na medida em que elas procurem uma justificação do trabalho que realizam.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo de integração na cultura, seja através de modos assistemáticos, como ocorre na comunicação regular de todo o convívio social, seja através de formas metodizadas em que se instrumentalizam os educandos para uma participação consciente e criadora na herança cultural da humanidade. (1)

O MEB, destinado primordialmente a uma área onde sempre se realiza o processo educativo por formas assistemáticas e espontâneas, coopera na formação do homem, oferecendo-lhes os conhecimentos básicos e os instrumentos mínimos para que o próprio educando possa ser, ele mesmo, agente da sua promoção humana. A Educação de Base define-se, assim, como o processo de cooperação na formação do homem na sua eminente dignidade de Pessoa.

Esta visão do processo educativo nos conduz a dois tipos de problemas intimamente relacionados. A educação nos aparece como um processo especificamente humano; ela é uma atitude que pressupõe a atividade consciente, ou seja, ela admite uma possibilidade de desenvolvimento do homem, que não seja o da adaptação aos condicionamentos naturais (o que acontece com o animal), mas que signifique um crescimento do homem como ser racional. "Animais e homens nas suas qualidades de criaturas físicas afirmam a sua espécie mediante a procriação natural. Só o homem pode propagar e conservar a sua forma de existência social e espiritual, mediante as forças que os caracterizam, isto é, mediante a vontade consciente e a razão". A educação é, assim, expressão da dimensão social do homem, isto é, ela se caracteriza como atividade cultural. Com efeito, só existe educação porque é a Pessoa um ser consciente e a consciência em ato cria cultura.

* Integrada e participante do processo cultural de um povo, a educação torna-se uma atividade que critica e julga uma determinada forma cultural. Ela pode conservar os valores de uma época, pode também criticá-los e induzir a uma mudança. Mas qual o critério que lhe permite formular um juízo de valor? A educação, por participar da cultura, ou a aceita como válida, ou a recusa como inautêntica. Como julgar um processo cultural sem critérios explícitos? Comumente, se diz que uma cultura é válida na medida em que é humana. Mas, como se

(1)- Ver Paideia - Werner Jaeger- pg.3

pode afirmar que determinada cultura é humana? Pela possibilidade que ela oferece à realização do homem? Mas o que se entende por homem?

Já em outro documento do IEB insistiu-se na definição sucinta sobre a educação: ela é a atividade que visa cooperar na formação do homem. Afirmou-se também na necessidade de conscientizar: de ajudar aos educandos a ter consciência do valor mesmo do homem.

Formar a Pessoa humana, conscientizá-la, são propósitos do IEB. Mas qual a concepção explícita sobre a Pessoa humana que possui ou que afirma ter o Movimento?

Em verdade, na medida em que compreendemos a educação como processo de formação, é necessário formular uma concepção explícita sobre a significação da existência pessoal. A noção sobre homem torna-se, assim, a fonte que inspira o processo educativo e que julga inapelavelmente a sua validade. Com efeito, uma concepção falsa redundará num inautêntico processo de formação. Portanto, sem uma formulação explícita do sentido da Pessoa humana, não se pode formar, conseqüentemente, um Movimento educativo, nem tampouco tornar uno este movimento.

Dividimos este documento em três partes:

- A) Na primeira, procura-se uma explicitação sobre noção de Pessoa.
- B) Na segunda parte, tenta-se encontrar os pressupostos da ação humana criadora de cultura, pressupostos estes que podem servir de critérios para um juízo sobre a validade de uma época cultural.
- C) Na terceira parte, é exposta a visão tomista sobre a Pessoa humana.

I- NOÇÃO DE PESSOA

O fenômeno humano, cuja originalidade é tão vigorosamente ressaltada nas obras do Pe. Teilhard de Chardin, exige não só uma compreensão, que a simples descrição do fenômeno nos revela, mas também uma interpretação que, partindo do fato - a novidade do aparecimento do ser consciente no mundo - procure uma explicação deste acontecimento.

Uma simples reflexão sobre a existência do homem, evidencia-nos a sua radical originalidade: pela sua consciência, a Pessoa torna-se fonte dos significados que envolvem o conteúdo material do mundo. A oposição mundo-homem, atesta, definitivamente, a impossibilidade de se explicar o homem pelo mundo, de compreendê-lo simplesmente como do mundo. Enfim, um ser quebra o ritmo natural, recusa-se ao simples mecanismo de adaptação e integração natural, cria uma dualidade entre

a existência em si e a existência intencional das coisas, nega o mundo material como dado e supera a própria negação, afirmando o mundo para o homem, fazendo então história. A irremediável dualidade homem mundo, fica sintetizada no termo história. E é nela que se define a existência temporal do homem: "seu destino, sua procura.

A tentativa de explicitação e compreensão do homem constitui-se numa polêmica já clássica entre a filosofia antiga, moderna e contemporânea. É sabido que a filosofia antiga estrutura uma ciência do ente (ser finito-composto de essência e existência) e procura o fundamento último que faz com que o ente exista (ciência do ser). E a partir daí o ser do homem é revelado. A Metafísica funda, portanto, a antropologia.

A perspectiva da filosofia moderna é bem diferente. A partir de Descartes, é o ser consciente (res cogitans) quem revela a própria possibilidade de uma ciência do Ser (vide a revolução copérnica realizada por Kant. Não se trata então de um ser consciente, mas de uma unidade aperceptiva transcendental - síntese unificadora de qualquer conhecimento). A análise do sujeito consciente (ontológico ou transcendental), isto é, como ser ou como unidade que torna possível o conhecimento, funda a possibilidade da ontologia. A filosofia contemporânea, principalmente na corrente fenomenológica-existencial, preocupa-se em desvendar o ser do homem nas suas manifestações históricas, ou seja, a descrição do fenômeno humano nos conduz a uma ontologia.

Abstraindo-nos deste debate, embora êle nos manifeste como a problemática do homem é o ponto de partida da meditação filosófica, podemos, inicialmente, reconhecer que todo o ser concreto nos aparece como ser individual. O que significa tal afirmação? A individualidade característica do ser real nos aparece como a marca duma existência singular. O indivíduo define-se como o que é, indistinto em si e distinto de todas as outras coisas. Na medida em que um ser só é indivíduo enquanto exclui ou nega tudo o que não é êle, surge como uma presença singular no mundo.

A individualidade no homem é conhecida, ou seja, o homem sabe que se distingue de tudo o que não é: do mundo, da natureza e dos outros homens. Como ser consciente (racional), a Pessoa conhece a sua individualidade na sua dupla dimensão: de limitação - que exclui tudo o que não é; de singularidade na medida em que é um ser diferente dos seres da natureza e distinto dos outros homens. Se, como indivíduo, o homem é limitado e singular, pela dimensão racional que penetra e assume a sua individualidade, esta diferença do mundo é relacionamento com o próprio mundo (pela mediação do trabalho) e a distinção dos outros homens é comunicação com eles mesmos. Portanto, a manifestação do homem como ser singular consciente é, face ao mundo, um relacionamento (não simplesmente uma distinção, como ocorre a outros seres do mundo) mediatizado pela relação de trabalho e, face aos

outros homens, uma relação de comunicação, que se traduz em dominação ou reconhecimento do outro (Vide para aprofundamento deste aspecto o trabalho de Pe. Henrique Vaz, sobre Moral e Responsabilidade Social, principalmente, na parte em que distingue o instinto gregário dos animais da dimensão social do homem, que implica uma dialética de oposição ao grupo para a afirmação da sua individualidade, ao mesmo tempo que, penetrada pelo aspecto racional, a individualidade se torna relacionamento).

A dimensão racional no homem assume e envolve toda a sua existência. Se a realidade do ser concreto nos é manifestada pela sua singularidade, tal característica é a marca, também, da finitude e da limitação do ser. No entanto, no homem, a individualidade é envolvida pela dimensão racional. Ela se torna, assim, a marca da sua finitude. Mas, enquanto é a individualidade de ser consciente, a limitação humana é uma abertura ao mundo e aos outros homens.

O que significa, pois, em última análise, o fato do homem assumir conscientemente os seus atos?

Lição clássica da filosofia antiga retomada pelos contemporâneos é o da intencionalidade da consciência: toda consciência é consciência de alguma coisa. Se afirmarmos, assim, que a característica fundamental do homem é o fato da sua existência tornar-se consciente - e o ato de consciência implica sempre numa intencionalidade - o mundo surge como objeto para o homem, ou seja, âmbito objetivo dos seus atos conscientes. Mas se o mundo, com o qual o homem se relaciona necessariamente, é um limite objetivo para consciência, a condição de possibilidade para que a natureza se apresente como objeto é a posição de sujeito que o homem assume. A intencionalidade da consciência impõe, ao mesmo tempo, um objeto (mundo) para a consciência e uma posição da consciência como sujeito deste objeto. Em outras palavras, a dimensão consciente revela o homem como sujeito dum mundo objetivo com o qual se relaciona necessariamente. A condição de sujeito denominamos a "consciência de si" do homem; a sua relação com os objetos, porque é potencialmente ilimitada, denominamos consciência do Universal. A pessoa seria definida, assim, como consciência de si no ato de ser consciência do universal.

Tal é a análise que nos conduz a intencionalidade da consciência. Evidentemente, nesta análise não introduzimos o tema da comunicação de consciências, do relacionamento das pessoas entre si. Com efeito, exatamente porque todas elas são sujeito, não podem ser situadas como objeto, como horizonte da intencionalidade. Esta é a função exercida pelo mundo. Isto não significa, entretanto, que, na própria definição de Pessoa, tal dimensão não esteja incluída. Realmente, na medida em que a Pessoa humana se define como consciência de si e do universal, o fato da comunicação ocorre num nível diverso do relacionamento com a natureza. A sua possibilidade é introduzida

no momento em que a consciência de si revela a interioridade do homem ou seu nível espiritual. E, então, o reconhecimento de outro ser consciente se torna possível. O relacionamento com o mundo, que exige uma posição do homem como sujeito, possibilita o reconhecimento de todos os seres que assumem o mundo como objeto-limite, horizonte e obstáculo da sua consciência.

A breve análise da intencionalidade nos leva, agora, a ressaltar as suas implicações: O homem, pela consciência, tende ao mundo (intenciona-o), se compreende como distinto d'êlo, ou seja, se afirma como sujeito. Ser sujeito do mundo significa o torná-lo "para Si", isto é, compreendê-lo como inteligível, na medida mesmo em que surge (para o homem) como objeto. Como sujeito, a Pessoa humana intenciona o mundo e expressa esta intenção na interioridade da consciência, isto é, torna o mundo objeto (momento da intenção) inteligível na consciência (momento da expressão). Assim sendo, a posição de sujeito revela os dois aspectos que definiram a Pessoa:

a) o da consciência de si - condição de possibilidade do mundo tornar-se conhecido e expresso pelo homem; b) e da consciência do Universal - relacionamento da pessoa como consciência de si com o mundo (objeto) e com os outros homens (sujeitos). Estes dois aspectos da Pessoa nos evidenciam o necessário relacionamento com o mundo - o que possibilita a criação de cultura e um reconhecimento possível de outros homens como sujeitos. E será nesta "dialética" de criação e de reconhecimento que se realizará, temporalmente, a Pessoa.

Poderíamos afirmar que a análise sobre a significação da Pessoa permanecerá, até então, dentro de uma perspectiva formal, isto é, compreendendo apenas as relações lógicas que se estabelecem entre a consciência e o mundo. Em verdade, tal tipo de enfoque, embora nos revele a significação da Pessoa, não a esgota, pois a existência humana surge, concretamente, como uma realidade muito mais rica do que nos é revelada pela estrutura intencional da consciência. Analisando a dimensão racional, sob o prisma do ato consciente, não foi ainda ressaltada a expressão dinâmica da Pessoa; parece, ao contrário, que é ela situada como um todo acabado que, estáticamente, contempla o mundo (intenciona) e a partir de tal contemplação nos é revelada a sua essência. Mas, se o ser vivo se caracteriza pelo dinamismo inante, no homem, a vida se manifesta como ação penetrada e envolvida pela consciência. E será a partir do ato consciente - que, por si só, já se constitui numa ação específica - que a realidade humana se poderá manifestar como dinâmica, mas como dinamismo consciente e só por isso humana. A posição do homem, como sujeito, que foi compreendida a partir do ato de conhecer, é afirmada concretamente nas suas ações dinâmicas. Ou seja, a dualidade consciência-mundo, da qual se infere uma consciência de si que intenciona o mundo e com êle se relaciona ao se opor, não é uma dualidade teórica, abstrata, mas dinamicamente realizada. Ela é, enfim, conhecida pela reflexão sobre a estrutura da consciência, mas é vivida, afirmada, pela ação concreta de cada homem. Pela análise da consciên

cia podemos, portanto, inferir a realidade humana como expressão de um "ser-sujeito". Pela reflexão das ações humanas, podemos afirmar a realidade da Pessoa como sujeito de um mundo cultural, que ela livremente cria e escolhe. O homem nos aparece, assim, como um sujeito dinâmico. E só é sujeito porque é consciente. E, pela consciência, o dinamismo humano se afirmará como ação criadora de cultura, ou seja, será. uma ação livre que elegerá valores que expressem para os homens o valor mesmo do homem.

II- O HOMEM COMO SUJEITO DA CULTURA E CRIADOR DE VALORES

O que significa ser o homem sujeito da cultura e criador de valores? Sabemos, de início, que a existência temporal do homem é uma existência histórica, isto é, uma existência que nega o ritmo natural do mundo e o substitui pelo ritmo humano. O mundo, como dado bruto, como matéria opaca enfim, como estrutura em si, é afirmado como mundo para o homem. As coisas do mundo são revestidas de significações intelegíveis; são compreendidas, então, a partir da sua existência intencional (esse intencional). O mundo passa, então a ter uma existência não física, mas intelegível (intencional) no homem.

Se a realidade do mundo, como dado natural, existe para o homem como "realidade tornada intelegível", ou seja, como mundo para o homem, a ação consciente se revela justamente no ato criador de cultura. Com efeito, a cultura é tudo aquilo que se acrescenta à natureza; o homem, quando intenciona pela consciência o mundo, torna-o imanente a ele: torna-o mundo para o homem, dando uma expressão intelegível à coisa intencionada. Esta expressão é materializada pela ação transformadora da natureza ou comunicada pela palavra a outras pessoas. Em ambos os casos ela cria um mundo específico, acrescenta algo à natureza, ou seja, é cultura. A realização temporal da existência humana manifesta toda a sua originalidade pelo ato de criação da cultura.

Podemos, então, a partir da noção de cultura, que exige, como condição, possibilidade à ação criadora do homem, precisar o que é valor.

Na questão 87, artigo I, São Tomás se pergunta: a alma intelectual se conhece ela mesma? Vemos, então, que S. Tomás distingue dois modos de conhecimento da alma: um, intuitivo imediato, em que se percebe a existência da alma em todo ato de conhecimento, como princípio fonte do próprio ato; o segundo modo que, por ser um conhecimento da essência, exige uma busca ativa e penetrante. Dêste princípio, podemos extrair uma conclusão. Todo ato de cultura, porque se origina numa ação consciente do homem, possibilita ao menos um conhecimento da presença existencial da alma; tal presença é a consciência de si que todo o homem possui. Portanto, o ato de cultura - seja um ato de compreensão e revelação das coisas, seja um ato de transformação do mundo natural, é também um ato de conhecimento da alma, ou seja, de consciência de si.

Com efeito, a compreensão do mundo é, ao mesmo tempo, uma revelação do ser do homem.*Ao compreender o ser do mundo, o homem, necessariamente, se intui como sujeito e, então, a compreensão do mundo torna-se para o próprio homem revelação do seu ser. Neste ato bipolar de compreensão e revelação do mundo e do homem, podemos destacar dois momentos equivalentes: um, em que o homem intenciona o mundo - tende para êle e outro, em que expressa esta intenção na interioridade da consciência, como significação intelegível do próprio mundo.

O ato de apreensão ou de transformação da natureza - ato de cultura que implica, como condição de possibilidade, aquela distensão bipolar da consciência, surge como uma dimensão da liberdade na medida em que o homem, se compreendendo como sujeito ao apreender o mundo, julga e por isso pode escolher as formas da cultura como propícias à afirmação do seu ser.

Com efeito, se a coisa intencionada recebe uma significação na interioridade da consciência - expressão inante do mundo no homem - e neste mesmo momento a própria pessoa se compreende como sujeito consciente, o ato de criação cultural - porque implica simultaneamente intenção e expressão intelegível da natureza e revelação do homem - surge como criação dum sujeito consciente. Ora, é pela consciência que se estrutura a liberdade. Isto porque, sendo definida a vontade como a inclinação (tendência) para alguma coisa conhecida como um bem (o apetite que se segue - a forma intelegível - apreendida pelo intelecto, a liberdade é a decisão entre os diversos bens apreendidos pela consciência.**

Ora, se o homem, como sujeito da cultura, se compreende como ser consciente pela mediação da intenção e expressão do mundo, o ato de cultura, que tem, portanto, como condição de possibilidade a apreensão do mundo e a consciência de si do sujeito, é uma manifestação da liberdade na medida em que a transformação da natureza (criação da cultura) expressa a tendência para alguma coisa escolhida como um bem, ou seja, como algo de propício a sua realização humana.

Ao se escolher, temos um valor: característica das coisas na medida em que elas são mais ou menos estimáveis. A coisa, enfim, vale porque é elevada pela liberdade ao plano de valor. Já que o homem, quando experimenta que elege livremente, experimenta também que se dirige para um plano de realidade que aparece como valor preferível e, portanto, mais digno de eleição.***

*(vide Maritain: Degrés du Savoir, Capt. "Le réalisme critique", Marechal: Le point de départ de la métaphysique - Cahier V - pags. 138, 357 9.)

** (vide S. Tomás 1-2-9-80 art. 1)

*** (vide Lavelle-Traité des valeurs - pag. 33-37)

Se a cultura é ato de criação humana, cultura é valor, pois ela é o âmbito das livres decisões dos homens conscientes.

A dimensão da consciência impõe à cultura um caráter inalienável da criação humana. Ela é, por excelência, iniciativa da liberdade, enquanto supera o determinismo da natureza. Se a cultura atesta o sentido do homem como ser consciente, é através das suas livres iniciativas que êle, ao criar cultura, constrói valores. Serão valores que se transformarão em idéias diretrizes para formação humana. Ao mesmo tempo que criados, êles expressam um sentido do que é o homem. Com efeito, a cultura é o que o homem cria, o valor que o homem escolhe ou elege. Mas, quando isto ocorre, o homem se percebe como consciência de si, fonte originária de toda liberdade criadora. Ora, se o que caracteriza especificamente a cultura é a significação intelegível, a livre escolha, que constitui um valor, se reveste de um significado para a consciência de si.

E se, então, é a significação humana pela compreensão ou pela ação sobre o mundo natural, o valor será, em última análise, a opção sobre uma determinada forma cultural que melhor se adequa e, por isso, melhor exprime o ser do homem como consciência de si. Enfim, cultura é tudo aquilo que o homem cria; valor é todo modo de cultura que o homem escolhe. E só escolhe porque é a que melhor o exprime como ser criador de cultura.

Na medida em que a cultura aparece como uma dimensão da liberdade, ela se torna um valor; surge a partir de uma ação consciente que possibilita uma escolha ou uma decisão. Portanto, originando-se a ação cultural numa livre decisão, ela se revela como um ato de eleição e escolha. Neste sentido, o valor é uma dimensão necessária à cultura. Ora, o homem escolhe, eleva pela liberdade a coisa escolhida ao plano de valor, aquilo que melhor lhe exprime como ser consciente. O valor é, assim, uma revelação do ser do próprio homem.

Toda ação humana é uma atividade que cria um mundo humano; mas o mundo criado, em última análise, expressa o que é o homem para todos os homens, ou seja, a ação cultural revela para os homens o valor mesmo do homem. É assim uma ação especificamente humana, que pondo em comunicação os homens, lhes revela o significado do seu ser.

Após tentarmos compreender a significação do ser humano, resumimos, com brevidade, a noção tomista de Pessoa. Esta noção se situa num nível metafísico; daí a sua complexidade que, sucintamente, procuramos resumir.

A riqueza da perspectiva tomista tem a sua prova cabal na possibilidade mesma de ser ela forte de toda a meditação personalista. Desenvolvida no século XIII, ela continua atualmente a inspirar toda a

inteligência cristã. Uma perspectiva esclarecedora sôbre os problemas atuais de nossa cultura.

III- NOÇÃO DA PESSOA EM S. TOMÁS

São Tomás define de maneira expressiva o que é o homem: pessoa significa o que há de perfeitíssimo em tôda a natureza, realmente subsistente como natureza racional. (S. Tomás, 1-29-c). S. Tomás portanto, faz sua a definição de Boécio - " Pessoa é a substância individual de natureza racional". *

O que expressa S. Tomás?

- a) a pessoa é uma substância, isto é, um ser que existe em si por oposição ao acidente que existe sômente em outra coisa;
- b) é, em seguida, uma substância completa individual, uma substância primeira, segundo Aristóteles ou um supósito, segundo o tomismo, que exprime melhor as idéias de totalidade. Em todo ser concreto, pode se distinguir o que existe como sujeito de todos os acidentes - a substância - ou o sujeito tomado em sua totalidade (supósito), que integra os diversos elementos para formar um todo, integrando assim uma natureza ou essência, os acidentes e a existência em si da substância;
- c) mas não é qualquer indivíduo ou supósito. É um indivíduo racional.

Pessoa como substância primeira

Seria necessário esclarecer como é possível a individualização e de que maneira, face ao mundo, permite a definição tomista uma adequada resposta às exigências modernas.

Para S. Tomás, o real é o individual; o universal é o modo pelo qual a inteligência concebe o que existe, enfim, é apenas de existência lógica. Indivíduo define-se: "Individuum est quod est in se indistinctum, ab aliis vero distinctum".

Sabemos que S. Tomás parte, metodològicamente, do fato para as condições de possibilidade. O fato é que existe o indivíduo; as condições de possibilidade são dadas pela relação transcendental de matéria e de forma.

Os seres compostos são formados por dois princípios - um que dá o ser à coisa, isto é, determina o ser, ao qual se chama forma, e, de um princípio potencial, a matéria, pura possibilidade de ser. Todo ser

* in- Grenet Ontologia - pág. 82

no mundo é composto, portanto, de um princípio de determinação que dá estabilidade ao ser e de um princípio de potencialidade que explica a possibilidade do movimento.

Vemos que a forma tomada abstratamente, isto é, pensada pela inteligência é comum: a humanidade pertence a todos os homens, do mesmo modo que a brancura a todos os seres brancos. Sabemos, pois, que, no comum, não encontraremos o princípio da individualização. "Nós constatamos que a forma - que faz ser tal ser, é comum com muitos outros seres".

A forma pensada pela inteligência pode ser multiplicável em vários sujeitos. E sendo assim, embora seja individual no composto, não pode constituir-se como princípio da individualização. "A comunidade da forma não designa, entretanto, uma realidade que se encontraria reproduzida de maneira idêntica nos indivíduos da mesma espécie, mas designa a impossibilidade para a forma de ser outra coisa que um abstrato ou incompleto. É por isto que a forma tem necessidade de um princípio complementar que a termina na ordem do ser"*

Qual é este princípio? É a matéria, pura potencialidade, conhecida não por ela mesma, pois é totalmente indeterminada, mas pela forma que lhe dá estabilidade e determinação.

Com efeito, "a matéria não é ser senão em potencialidade, pois o ser, ela só tem pela forma. Assim, pela união da matéria e da forma se passa do incompleto, ou ainda do abstrato ao concreto.**

Mas, se a forma é comum e, portanto, não é um princípio de individualização, só a matéria poderá, então, exercer esta função. Sendo a matéria rigorosamente potencializada, ela só intervém na individualização na medida em que expressa uma relação de quantidade.

Sabemos, então que a matéria, enquanto é pura potencialidade, tem uma relação exigitiva com a quantidade. Ora, o próprio da quantidade é, com efeito, de ter partes... Não se pode pensar em uma quantidade sem pensar ao mesmo tempo numa das suas partes que exclui as outras".

Concluindo: Constatamos em todo o ser no mundo uma composição intrínseca a êle mesmo. Um princípio de determinação e um de pura possibilidade .

*

Aimé Forest: A estrutura metafísica do concreto

**

Forest:- idem

Constatamos, ainda, que, abstraindo, isolando, a determinação, a forma, na inteligência se torna comum aos seres da mesma espécie. O que determina um ser branco é a brancura. Esta é comum a todos os seres brancos. Mas um ser singular branco que difere de um outro, não pode ser explicado na sua própria singularidade pelo elemento comum a eles. Há, numa mesma espécie, uma multiplicação de seres. Ora, neste sentido, só poderemos encontrar o princípio da individualização dos múltiplos seres duma mesma espécie, não no elemento comum a eles - a forma - mas na matéria. Mas, em que sentido a matéria, que é pura possibilidade de ser, pode exercer esta função? Citemos um trecho importante de S. Tomás: "Como a matéria em si é pura indeterminação, ela não pode ser o princípio que individua a forma, a não ser na medida em que ela mesmo é distinguível. A matéria com efeito é distinguível pela quantidade". Ou seja, a matéria como pura potencialidade exprime uma relação à quantidade que se caracteriza por ter partes exteriores uma a outras, o que, evidentemente, permite a individualização e a multiplicação dos seres da mesma espécie. Forest, no seu livro, explica isto detalhadamente. "Mas é necessário se perguntar como está matéria que, em si mesma, é comum, indivisível, pode ser determinada, tornar-se tal matéria susceptível de tal forma?" A resposta de S. Tomás nos é conhecida: a matéria só exerce tal função por sua relação à quantidade.

Assim compreendida, ela é o princípio de distinção, pois o próprio da quantidade é a de ter partes exteriores uma às outras: não se pode definir uma das partes da quantidade senão enquanto implica uma relação a outras que ela implica. Ora, esta relação da matéria à quantidade, esta exigência onde ela se encontra de ocupar tal posição é a natureza exata da potencialidade que a matéria num composto primitivo fornece ao agente logo que este a transforma num composto novo. É impossível tomar à parte a potencialidade da matéria e a sua relação à quantidade; dizer que ela está em potencialidade é afirmar que ela exige tal quantidade.

Evidentemente, esta colocação suscita problemas.

A individualidade é dada, portanto, por ser apenas uma localização no espaço; isto explicaria uma determinação tão profunda como é do ser concreto individual? Lembramos que individual é todo o composto, mas o princípio é apenas a matéria. Enfim, como afirma S. Tomás - é esta matéria para aquela forma que impõe uma relação de causalidade recíproca que individua. "Pode-se dizer que matéria e forma são uma só coisa, mas uma enquanto é potencialidade, outra enquanto é ato" (Aristóteles). Portanto, singular e individual é todo o composto. A matéria apenas o princípio da individualização**

* De Trinitate 4.2. em Grenet- Ontologia.

** De resto, enviamos ao livro de Aimé Forest no qual nos baseamos: "A estrutura metafísica do concreto", principalmente aos Capts. III e VI" relação entre o abstrato e o concreto e "a relação entre matéria e forma".

Pessoa como supósito racional - Hypostase

Para S. Tomás, o sujeito humano surge como uma totalidade que existe de modo racional. A dimensão não se une aos demais elementos integrantes da essência humana como uma parte que subsiste separada do todo. Ela assume o ser do todo. Bem explícito fica este princípio tomista quando a tese da união substancial do homem foi defendida (vide também em S. Tomás a subordinação das faculdades sensitivas à intelectual).

Enfim, o que existe realmente para S. Tomás é o supósito como totalidade. Esta totalidade sintética se manifesta no seu modo de existir como totalidade racional ou como totalidade que racionaliza (por ser ou não pura razão). Os atos humanos são, pois, assumidos pela dimensão racional do homem. Expressão análoga e também válida é a que define o homem como ser consciente, não como consciência apenas, mas o ser cujos atos são assumidos pela consciência.

Se a dimensão racional assume, globalmente, a manifestação do ser do homem, a análise desta dimensão através do estudo das faculdades intelectivas e volitiva, isto é, dos princípios dos atos conscientes, nos revelará a originalidade da pessoa no seu aspecto de relacionamento com o mundo e de comunicação com os outros homens. Ora, ao se afirmar o homem como substância racional, em última análise, aceita-se a sua dimensão espiritual. Com efeito, se a inteligência tem uma natureza espiritual - a alma (forma substancial) o princípio desta faculdade deverá evidentemente ter a mesma natureza. Provada, portanto, a essência da inteligência, conhece-se a natureza do princípio desta faculdade. Ora, já foi visto que todo o ato de cultura é possível pela intenção e expressão do mundo, isto é, pela significação inteligível do mundo, que se torna para o homem. Ora, isso só é possível se a inteligência não se reduz ao mundo, se ela o transcende (sendo pois não material e independente d'êlo) tornando-o inteligível em ato*. Ora, se o homem possui uma dimensão espiritual, várias consequências importantes derivam desta assertiva: o da imediata dependência de um ser absoluto (criação imediata da alma por Deus) e o da imortalidade da própria ou seja o da responsabilidade eterna dos atos históricos humanos.

Portanto, se estas teses resultam da análise ontológica do ato consciente será a partir d'êles que deduziremos algumas outras implicações inerentes à visão do homem como ser racional.

Tôda consciência é consciência de alguma coisa. Ou seja, a intencionalidade implica sempre intenção de um objeto por um sujeito consciente. Temos, então, a consciência de si como condição da consciência do objeto - anterioridade das coisas no sujeito que conhece alguma coisa, ao mesmo tempo que se percebe como sujeito das coisas conhecidas.

* Vide na Suma Teológica I-75-2 I-14-1 e na Suma contra Gentiles II Cap. 50, 49 e 66, aprofundamentos desta questão.

Consciência de alguma coisa, isto é, relacionamento com o que não é êle mesmo numa dialética de oposição, enquanto exclui, e de integração, enquanto assimila o que se opõe.

A consciência como relacionamento intencional e comunicativo, ou seja, como abertura para o mundo e expressão do próprio mundo na sua interioridade e, ainda, como reconhecimento do outro como interioridade inobjetivável apresenta-se como universal. Realmente, a filosofia clássica afirma que a alma é "tôdas as coisas". Isto significa que, transcendendo o nível material de coisa, objeto, a alma, princípio da consciência, se define pela sua relação a tudo o que não é, porque tu do transcende. A Pessoa humana, indefinível pela sua transcendência ao mundo das coisas e dos objetos e, por isso mesmo, como potencialmente infinita e universal. Ela é uma interioridade (consciência de si) que manifesta a sua singularidade como potencialmente infinita, ou seja, como criadora de significações intelegíveis que revertem o mundo e como reconhecedora no outro homem, da sua interioridade inalienável.

Enfim, a Pessoa é "tôdas as coisas" exatamente porque as transcende e não pode ser reduzida a nenhuma. Ela é, por isso, sujeito, isto é, algo de inobjetivável, mas sujeito aberto ao universal; ao mundo que êle transforma e significa, ao outro homem que êle reconhece. E nestas duas dimensões de humanizar o mundo, de personalizá-lo e de reconhecimento do outro como interioridade se afirma ou se aliena cada Pessoa.

Enfim, a dimensão racional que corresponde ao reconhecimento do homem na sua dimensão espiritual revela, em última instância, o sentido do próprio homem humanizar o mundo reconhecendo o outro, isto é, sendo o sujeito de uma história onde assume temporalmente uma responsabilidade eterna.

Conclusão

Todo ser concreto apresenta uma estrutura original que se opõe a tudo o que não é (vide problema da individualização pela matéria). Ora, o homem é um ser concreto e como tal opõe-se singularmente como totalidade concreta ao que não é. Mas, como ser singular consciente, a singularidade no homem é interioridade (consciência de si) e a afirmação desta interioridade é relação com o que não é (dimensão racional do homem).

Como outros seres igualmente conscientes, esta relação é de comunicação. Donde, a totalidade singular que é cada homem, só se manifestar como estrutura original consciente, quando sua interioridade, enquanto oposição ao mundo, se torna relação de comunicação com outros homens.

Será, pois, a partir desta visão de pessoa, na sua dupla dimensão de interioridade inalienável e de comunicação social, que se deverá fundamentar uma ação educativa.